

A Paródia no espaço público e na censura¹

A Paródia in the public space and the censorship

L'espace public et la censure dans A Paródia

João Paulo Duque Löbe Guimarães

Resumo

Este ensaio analisa os conceitos de público, multidão e opinião pública e o conceito de uso crítico da razão. Analisa o conceito de esfera pública, associado ao uso público da razão da sociedade burguesa dos sécs. XVII e XVIII.

Referimos o desenvolvimento da imprensa como fator decisivo na formação da opinião pública, na fragmentação do espaço público e no nascimento do jornalismo satírico.

Enunciamos as transformações ocorridas no jornalismo durante o séc. XIX e o aparecimento da imprensa comercial. Referimos o surgimento das massas.

Analizamos a expansão da imprensa em Portugal durante o séc. XIX e da caricatura política, através de Rafael Bordalo Pinheiro.

Referimos o aparecimento das leis das rolgas como a forma que o regime monárquico liberal encontrou para silenciar os jornais e explicamos a apreensão de A Paródia em 1902.

Finalmente, tecemos algumas conclusões que nos permitem afirmar que, embora fragmentado, o espaço público permaneceu, neste período, como uma afirmação de liberdade.

Palavras-Chave: espaço público; opinião pública; jornalismo satírico; Lei da Rolha; A Paródia.

Abstract

This essay examines the concepts of public, crowds and public opinion and the concept of critical use of reason. It analyzes the concept of public sphere, associated to the public use of reason of the bourgeois society in the 17th and 18th centuries.

We report the development of the press as a critical factor in shaping public opinion, the fragmentation of the public space and the birth of satirical journalism.

We enounce the changes occurred in journalism during the 19th century, namely the appearance of the commercial press, which made public a mere consumer. We refer to the emergence of the masses, as they were characterized by Mills.

We analyzed the expansion of the press in Portugal during the second half of the 19th century and the development of political cartoon, specifically through the artist Rafael Bordalo Pinheiro.

We report the establishment of the censorship laws by the liberal monarchy as a means to silence Republican newspapers and others and we explain the seizure of A Paródia in 1902.

Finally, we considered some conclusions that allow us to say that public space, although fragmented, remained at the time as an affirmation of freedom.

Keywords: public space; public opinion; satire news; censorship decree; A Paródia.

Résumé

Cet essai analyse les concepts de public, multitude et opinion publique ainsi que le concept de l'usage critique de la raison.

Il analyse le concept de sphère publique associé à l'usage public de la raison de la société bourgeoise des siècles XVII et XVIII.

Nous référons le développement de la presse comme facteur décisif dans la formation de l'opinion publique, dans la fragmentation de l'espace public et dans la naissance du journalisme satirique.

Nous énonçons les transformations advenues dans le journalisme au cours du XIX^{ème} siècle et la naissance de la presse commerciale. Nous faisons référence à la naissance des masses.

¹ Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de dezembro de 2012.

Nous analysons l'expansion de la presse au Portugal pendant le XIX^{ème} siècle et de la caricature politique, notamment avec Rafael Bordalo Pinheiro.

Nous référons la promulgation des lois de censure comme le moyen que la monarchie libérale a trouvé pour faire taire les journaux et ensuite nous expliquons l'appréhension de A Paródia en 1902.

Enfin, nous présentons quelques conclusions qui nous permettent d'affirmer que, quoique fragmenté, l'espace public est resté dans cette période comme une affirmation de liberté.

Mots-clé: *espace publique; opinion publique; journalisme satirique; censure; A Paródia.*

INTRODUÇÃO

Este ensaio permite-nos uma reflexão sobre os públicos, o espaço público e a opinião pública desde a sua génese até ao princípio do séc. XX, na época da imprensa de massas e de alguma censura que se veio a refletir na apreensão do nº 152 do semanário satírico *A Paródia* de Rafael Bordalo Pinheiro.

Os públicos surgiram no séc. XVII, com o desenvolvimento da imprensa e a edição de livros e da gazeta mensal entre os membros da Corte (Tarde, 1910). O público é uma coletividade puramente espiritual em que existe uma coesão mental entre indivíduos separados fisicamente (Tarde, 1910). Ao invés, as multidões são, apenas, associações humanas com algumas características animais que, partindo de um contacto físico, têm um contágio psicológico (Tarde, 1910). O Iluminismo permitiu o uso público da razão que, segundo Kant, se trata daquele que qualquer homem erudito faz perante um público letrado (Kant, 1992).

A opinião pública surge com o desenvolvimento da imprensa e das comunicações, através de uma conformidade parcial sobre pontos importantes partilhados por uma multiplicidade de públicos (Tarde, 1910). A nova representatividade pública gerada pela separação entre o Estado e a sociedade consubstanciou, assim, o uso público da razão (Guedes, 2010). Surge a esfera pública liberal, estudada por Habermas, que a considerou como “a esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (Habermas, 1984, p 42). Consistiu, inicialmente, numa esfera pública burguesa que pretendia pressionar o poder do Estado para que este fosse de encontro aos objetivos da mesma (Guedes, 2010).

A imprensa estabeleceu-se, no início do séc. XVIII, como o quarto estado, órgão crítico de um público que pensa política (Habermas, 1984). Surgiram os primeiros folhetos humorísticos que criticavam, já, a situação política portuguesa (Sousa, 1998).

No séc. XIX, surge a imprensa de massas (Guedes, 2010; Habermas, 1984; Mills, 1981). Em 1847, surge, também, aquele que é considerado como o primeiro jornal satírico português, o *Suplemento Burlesco* de *O Patriota* (Sousa, 1998; Medina, 2008). Este autor destaca o principal caricaturista desta época, Rafael Bordalo Pinheiro, que seria o responsável de três jornais satíricos publicados de 1879 a 1902 (Medina, 2008).

A Monarquia liberal, acossada pela crise e pelos republicanos, estabeleceu as Leis da Rolha que pretenderam silenciar a imprensa da época (Barbosa & Matos, 2005). Um dos atingidos foi Rafael Bordalo Pinheiro e o seu jornal *A Paródia*, que viram um número deste semanário apreendido (Barbosa & Matos, 2005). No entanto, Bordalo Pinheiro não deixou de criticar e caricaturar, expondo ao ridículo todas as tentativas de regulação do poder político sobre a imprensa periódica (Barbosa & Matos, 2005).

KANT E TARDE: O USO PÚBLICO DA RAZÃO, O PÚBLICO E A MULTIDÃO

As multidões seriam consideradas para designar todo o tipo de associações humanas (Tarde, 1910). No entanto, este autor esclarece que não se devem confundir com os públicos, porque as primeiras apresentam características animais, ao partir de contactos físicos que têm um contágio psicológico (Tarde, 1910). Tarde realça vários tipos de multidões: assembleias de cidadãos armados ou não armados, corpo eleitoral, as feiras e peregrinações da Idade Média, etc. (Tarde, 1910).

Com a invenção da imprensa, no séc. XV, e o seu desenvolvimento, no século seguinte, criou-se a sensação de que os seus leitores constituíam um corpo social novo, separado da Igreja, mas a verdadeira afirmação do público, como entidade própria, só surgiria no século XVII, na época do rei de França Luís XIV (Tarde, 1910). Este público era, inicialmente, composto por membros da Corte que liam livros e a gazeta mensal (Tarde, 1910). O público, para Tarde, não é o de um teatro, de uma assembleia qualquer, é, sim, “une collectivité purement spirituelle, comme une dissémination d’individus physiquement séparés et dont la cohésion est toute mentale” (Tarde, 1910, p 2). As correntes de opinião não surgem nas reuniões de homens na via pública, mas sim através da leitura do mesmo jornal dispersos por um vasto território (Tarde, 1910). O que une este público é, pois, a consciência que cada um tem de que uma ideia ou vontade é partilhada por um grande número de homens (Tarde, 1910).

No séc. XVIII, há um grande crescimento do público, que se começa a fragmentar. Este público especial só se constitui a partir do momento em que homens que se dedicam aos mesmos estudos se tornaram demasiado numerosos para se poderem conhecer pessoalmente (Tarde, 1910). Assim, é na 2ª metade do séc. XVIII, que se desenvolve um público político que absorve todos os outros públicos (Tarde, 1910).

Kant sublinha esta expressão do Iluminismo, afirmando que “é perfeitamente possível que um público a si mesmo se esclareça” (Kant, 1992, p 12) e que “sempre haverá alguns que pensam por si” (Kant, 1992, p 12) e que “espalharão à sua volta o espírito de uma avaliação racional do próprio valor e da vocação de cada homem para por si mesmo pensar” (Kant, 1992, p 12). Surge, então, o uso público da razão, como “aquele que qualquer um, enquanto *erudito*, dela faz perante o grande público do *mundo letrado*” (ibidem, p 13). O homem tem o dever de não renunciar a esta faculdade do uso crítico da razão, devendo comunicar as suas observações ao seu público (Kant, 1992).

O uso crítico da razão não se pode dissociar da liberdade civil, pois um grau maior desta “parece vantajosa para a liberdade do espírito do povo e, no entanto, estabelece-lhe limites intransponíveis; um grau menor cria-lhe, pelo contrário, o espaço para ela se alargar segundo toda a sua capacidade” (Kant, 1992, p 13). O filósofo conclui que

“se, pois, a natureza, debaixo deste duro invólucro, desenvolveu o germe de que delicadamente cuida, a saber, a tendência e a vocação para o pensamento livre, então ela atua por sua vez gradualmente sobre o modo do sentir do povo (pelo que este tornar-se-á cada vez mais capaz de agir segundo a liberdade) e, por fim, até mesmo sobre os princípios do governo que acha salutar para si próprio tratar o homem, que agora é mais do que uma máquina, segundo a sua dignidade” (Kant, 1992, pp 18-19).

Com o desenvolvimento da imprensa, dos caminhos de ferro e do telégrafo, constituiu-se a formidável potência da imprensa que fez crescer o auditório dos tribunos e dos predicadores (Tarde, 1910). Para este autor, “le groupement social en publics, est celui qui offre aux caractères individuels marquants les plus grandes facilités de s'imposer, et aux opinions individuelles originales les plus grandes facilités de se répandre” (Tarde, 1910, p 21). A opinião é uma conformidade parcial sobre alguns pontos importantes partilhados por uma multiplicidade de públicos que coexistem e se misturam (Tarde, 1910).

A ESFERA PÚBLICA BURGUESA DE HABERMAS: O ESPAÇO PÚBLICO/A OPINIÃO PÚBLICA

Guedes considera que

“com a separação entre o Estado e a sociedade, a autoridade despersonificava-se, dando lugar a uma nova representatividade pública – o uso público da razão –, o que implicava comunicar publicamente os pensamentos, por meio de um discurso racional” (Guedes, 2010, p 2).

Deste modo, a publicidade crítica substituía a representativa, surgindo “a esfera pública liberal, fundada na conversação crítica dos indivíduos entre si, onde as coisas se verbalizavam e se configuravam publicamente, em um movimento contrário à política de segredo de Estado” (Guedes, 2010, p 2).

Para Habermas, que analisou, longamente, a questão da esfera pública burguesa, esta pode ser entendida

“como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública, regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social” (Habermas, 1984, p 42).

A esfera pública burguesa era “uma instância de reivindicação de poder” (Guedes, 2010, p 2), que se afirmava frente ao poder público, constituindo-se como uma caixa de ressonância dos interesses burgueses em oposição às diretrizes do poder (Guedes, 2010). Havia uma clara separação entre a esfera pública e a privada (Guedes, 2010). Para Habermas, “o sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública; à sua função crítica é que se refere a «publicidade» (Publizität)” (Habermas, 1984, p 14). Para este autor, a publicidade mais não era do que publicitar uma opinião, isto é, torna-la pública (Habermas, 1984).

O objetivo da esfera pública burguesa era, evidentemente, o de pressionar o poder do Estado para interferir nas políticas públicas de forma a ir de encontro aos “anseios, expectativas e interesses universais” (Guedes, 2010, p 2). Se até aquela época, os assuntos de interesse público eram monopólio da Igreja e do Estado, com o surgimento da esfera pública burguesa passaram a incluir as “pessoas privadas (proprietários) reunidas em salões e cafés” (ibidem, p 3). Esta esfera pública, no entanto, limitava-se “aos homens instruídos e detentores de meios financeiros, excluindo mulheres e escravos” (Guedes, 2010, p 3).

No início do séc. XVIII, “os cafés já eram tão numerosos, os círculos dos frequentadores de cafés já eram tão amplos que a coesão desse círculo multiforme só podia ser mantida através de um jornal” (Habermas, 1984, p 58). O autor explica que “os artigos de jornais não só são transformados pelos públicos dos cafés em objeto de suas discussões, mas também entendidos como parte integrante deles” (Habermas, 1984, p 58). Destaca, igualmente, o grande número de cartas de leitores publicadas semanalmente (Habermas, 1984). No entanto, só em 1726, com a publicação do primeiro número do *Craftsman* por Bollingbroke, seguida do *Gentleman’s Magazine* “é que a imprensa se estabelece propriamente como órgão crítico de um público que pensa política: como quarto estado” (Habermas, 1984, p 78).

Nos finais do séc. XVII, “o humor ganharia condições para se desenvolver como crítica, opinião, numa sociedade que procurava o progresso” (Sousa, 1998, p 14). Essa abertura verificou-se “pela imprensa, o suporte mais importante em toda a história do humor caricatural” (Sousa, 1998, p 14). Surgiram, então, os primeiros folhetos, ao longo do séc. XVIII, “aliando-se a esses impressos escritos, gravuras avulso, desenhos com um cunho satírico cuja intenção caricatural já é incontestável, apesar de nem sempre atingirem os objetivos propostos” (Sousa, 1998, p 14). Eram desenhos que criticavam “a situação política nacional, mas por serem trabalhos de artistas estrangeiros adaptados, sente-se um certo desfasamento, uma incapacidade de satirizar realmente os governantes” (Sousa, 1998, p 14).

No séc. XIX, porém, a imprensa de opinião, artesanal e polémica foi substituída pela imprensa comercial, “comprometida com os interesses mercadológicos” (Guedes, 2010, p 4). Assim, “o público leitor dava lugar ao público consumidor” (ibidem, p 5). No final do século, “também no continente europeu se impõe a forma «americana» de imprensa de massas; a imprensa de fim de semana e as revistas ilustradas são aqui, igualmente, precursoras dos jornais sensacionalistas propriamente ditos” (Habermas, 1984, p 200). Mills dá-nos conta que “numa sociedade de massas, o tipo de comunicação dominante é o veículo formal, e os públicos se tornam apenas simples *mercados desses veículos*: expostos que são aos veículos de comunicações em massa” (Mills, 1981, p 357).

Habermas explica que a grande imprensa assenta na “refuncionalização comercial daquela participação de amplas camadas na esfera pública: arranjar preponderantemente às massas de um modo geral um acesso à esfera pública” (Habermas, 1984, p 200). No entanto, “essa esfera pública ampliada perde o seu carácter político à medida que os meios para a «acessibilidade

psicológica» poderiam tornar-se uma finalidade em si mesma de uma posição consumista comercialmente fixada” (Habermas, 1984, p 200).

Habermas constatou que “à medida que o setor público se imbricava com o privado, a esfera pública burguesa deixava de existir” (Guedes, 2010, p 4). A imprensa, detida pelos proprietários dos meios de comunicação, “ao deter o controlo da informação, ganhava posição privilegiada no exercício do poder no espaço público e substituíu os cafés e salões” (ibidem, p 5). Assim, passou-se a uma esfera pública “manipulada e sedutora, cuja opinião «pública» era construída de acordo com interesses de grupos específicos” (Guedes, 2010, p 5). O público passou a decidir, apenas através do voto (Guedes, 2010). Silva acrescenta que “à medida que público e privado se vão tornando indistintos, surge uma esfera social repolitizada que se afasta claramente do ideal burguês oitocentista de uma esfera pública formada por pessoas privadas em debate sobre questões públicas” (Silva, 2002, p 36).

A CARICATURA POLÍTICA EM PORTUGAL DURANTE O SÉCULO XIX

Em Portugal, “a história da produção jornalística a partir do século XIX será a história da tolerância ou intolerância, da liberdade de imprensa ou a castração pelas «leis das rolhas»” (Sousa, 1998, p 16). Em 1836, num período de liberdade, havia 67 jornais; em 1850, com a implantação da «lei das rolhas» havia, apenas, 15 jornais publicados.

À semelhança da história da imprensa, para os investigadores são necessárias as seguintes condições para marcar a data do nascimento do jornalismo satírico em Portugal: “regularidade na sua publicação; serem trabalhos noticiosos ligados aos acontecimentos do dia a dia, e serem de autoria reconhecida” (ibidem, p 24). Estas características viram-se reunidas no *Suplemento Burlesco* de *O Patriota*, que foi publicado entre 1847 e 1853 (Sousa, 1998).

Segundo Medina, “a verdadeira atividade da caricatura na nossa imprensa periódica ilustrada começa com o regime representativo, no século XIX” (Medina, 2008, p 29). As próprias medidas liberticidas dos Cabrais, as famosas «Leis da Rolha», contribuíram para o desenvolvimento da caricatura lusa, de que são exemplos os órgãos *A Matraca*, *O Patriota*, *O Torniquete*, *Demócrito*, *O Duende*, etc. (Medina, 2008). Dos seus primeiros artistas assinaláveis, destacam-se Cecília, o «Pinta-Monos», ilustrador do *Suplemento do Patriota* e

alguém que assinava Maria e, ainda, Manuel Macedo (1846-1915), Manuel Maria Bordalo Pinheiro, pai de Rafael e Columbano e Nogueira da Silva (1830-1896) (Medina, 2008).

Com a *Geração de 70*, surgiria “o primeiro grande vulto, não só pela sua extensa presença nas lides da Imprensa satírica, como pelo seu génio criador” (Medina, 2008, p 30): Rafael Bordalo Pinheiro. Este artista foi o criador do *Zé Povinho*, animador de três semanários, *António Maria*, *Pontos nos ii* e *A Paródia* e do *Álbum das Glórias* (Medina, 2008).

O sucesso de Rafael Bordalo Pinheiro levou a que tivesse muitos seguidores: Sebastião Sanhudo, Columbano, o irmão do artista e o seu filho Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro (1867-1920), João de Almeida e Silva (*Charivari*, Porto), Alfredo de Moraes (1872), Jorge Cid (1877-1935), Silva e Sousa (*O Zé*), João Amaral (*A Careta*, *O Século Cómico*), Cristiano de Carvalho (1871), Tomás Leal da Câmara (1876-1948), que viveu e colaborou em França no prestigiado *L'Assiette au Beurre*, Celso Hermínio (1871-1904), Hugo Sarmiento (1885) e Arnaldo Ressano (1880) (Medina, 2008).

RAFAEL BORDALO PINHEIRO

A carreira de desenhador humorístico de Rafael Bordalo Pinheiro iniciou-se com o álbum *Calcanhar de Aquiles* (1870), a que se seguiu uma colaboração em *A Berlinda* (1871), onde publicou “uma admirável reportagem, em «quadrinhos» das *Conferências democráticas do Casino Lisbonense*” (Medina, 2008, p 44).

Seguiu-se a publicação daquela que é considerada a primeira BD publicada em Portugal, *Apontamentos da pitoresca Viagem do Imperador do Rasilb pela Europa* (1872), colaborações no *Illustrated London News*, n’*O Binóculo* e n’*A Lanterna Mágica* (1875), onde cria o *Zé Povinho* (Medina, 2008). Paralelamente, ilustra o *Almanaque de Caricaturas* (1873 e 1874) e capas de romances em voga (Paul de Koch, Tomás de Mello, Bulhão Pato, Camilo, Pérez Escrich) e o livro *Os Teatros de Lisboa* de Júlio César Machado (1874) (Medina, 2008).

Apesar de toda esta assinalável atividade, Rafael emigra para o Brasil, em agosto de 1875, fixando-se no Rio de Janeiro, onde colabora n’*O Mosquito* (1876-77), *Psitt!* (1877-78) e n’*O Besouro* (1878) (Medina, 2008).

Após entrar em “querela com brasileiros em torno dos méritos comparativos da ópera *O Guarani* (1870) de Carlos Gomes (1836-1896) e do *Eurico de Herculano*” (Medina, 2008, p 45), acaba por ser anavalhado na rua e regressar a Portugal, em março de 1879 (Medina, 2008). Nesse mesmo ano, lança o “primeiro grande semanário satírico, *António Maria*” (Medina, 2008, p 45), numa referência a António Maria Fontes Pereira de Melo, que terá duas séries (1879-1885 e 1891-1898), os *Pontos nos ii* (1885-1891), onde começa a colaborar o seu filho Manuel Gustavo e, por fim, *A Paródia* (1900-1902) (Medina, 2008), continuada pela *Paródia – Comédia Portuguesa* (1903- 1905) (Deus, 1997) e *Paródia – Fundador Rafael Bordalo Pinheiro* (1905-1907) (França, 2007). Editou, também, uma série de litografias, o *Álbum das Glórias*, “acompanhadas de textos de Guilherme de Azevedo, Ramalho Ortigão, D. João da Câmara e outros” (Medina, 2008, p 45).

A LEI DA ROLHA

Barbosa explica que

“o aparecimento e a valorização da opinião pública (em si mesma, um valor político e um contra poder), resultante da dinâmica política gerada pela Revolução Francesa, propiciou a construção da modernidade, do Liberalismo, através do emergente Constitucionalismo, e da Democracia na perspetiva atual” (Barbosa & Matos, 2005, p 7).

Acrescenta que “é neste contexto que se entende a proliferação de títulos de Imprensa Periódica em Portugal a partir da segunda metade do século XIX, e a necessária construção das relações de convivência, nem sempre pacíficas, entre a Política e a Imprensa” (Barbosa & Matos, 2005, p 7). Destaca, finalmente, “a importância da comunicação para a construção da Cidadania” (Barbosa & Matos, 2005, p 7).

Matos refere que há na obra humorística de Rafael Bordalo Pinheiro um lado pouco explorado e que são as “relações, nem sempre pacíficas, da Política com a Imprensa Periódica e suas implicações para uma questão de que o artista não abdicava, a liberdade de expressão ou pensamento” (ibidem, p 9). Em 1880, já Pimentel, A. escrevia no *Diário Ilustrado* que

“desabam sobre o Parlamento as propostas da Fazenda, o país fica petrificado, embuchado como se tivesse levado um muro no estômago, mas, na primeira quinta-feira, arregalou o lúzio, com uma grande desopressão salutar para ver as caricaturas do Bordalo. E riu, riu da sua própria desgraça” (Pimentel apud Barbosa & Matos, 2005, p 8).

O período de 1875-1905 foi o de “explosão do periodismo nacional” (Barbosa & Matos, 2005, p 9) que foi, igualmente, verdadeira “para a chamada imprensa humorística ou satírica,

da qual Bordalo Pinheiro seria o expoente máximo” (Barbosa & Matos, 2005, p 9). Na década de 60, duplicou o número de jornais em relação à década de 50 e o pico foi atingido na década de 90 “com a criação de 416 periódicos” (Barbosa & Matos, 2005, p 9). Em 1900, o número subiria para 543 e, em 1930, para 662. Portugal tinha mais títulos por habitante (1 para 6500) do que a França e a Inglaterra. No entanto, as tiragens eram mais pequenas (Barbosa & Matos, 2005).

Durante o período da Regeneração, a expansão dos jornais esteve ligada à elevação do nível de cultura das populações, alargando-se a massa de leitores por todo o país (Barbosa & Matos, 2005). Segundo Matos, “o hábito de ler jornais espalhava-se e radicava-se no público” (Barbosa & Matos, 2005, p 9). Mas, esta expansão ficou, também, a dever-se ao “alargamento da politização da opinião pública” (Barbosa & Matos, 2005, p 9), com um novo entendimento dos partidos políticos sobre o papel da imprensa, que se transformara “no mais importante instrumento de ação e no principal veículo” (Barbosa & Matos, 2005, p 9) da sua afirmação.

A maior parte dos jornais fundados durante estes anos eram “órgãos de determinadas parcialidades políticas” (ibidem, p 10). Havia a família progressista regeneradora, com 19 periódicos, o Partido Histórico, o cartismo conservador e o Partido Legitimista (Barbosa & Matos, 2005). “Nem as revistas cómicas escapavam a esta tendência alinhando, de uma forma mais ou menos clara, por determinada parcialidade política” (Barbosa & Matos, 2005, p 10). O *António Maria*, de Bordalo Pinheiro, caracterizou-se pelo “ataque quase ininterrupto ao Fontismo e pela simpatia que revelava pela República” (Barbosa & Matos, 2005, p 10). O epíteto que lhe atribuiu o *Diário Ilustrado*, em 1881, foi mesmo “de «forte elemento de dissolvência»” (Barbosa & Matos, 2005, p 10). Matos explica que eram os jornais “quem marcava a agenda política e pressionava ou defendia os governos” (Barbosa & Matos, 2005, p 10). Aliás, eles eram “os grandes formadores da opinião pública” (Barbosa & Matos, 2005, p 10).

Com a melhoria das vias de comunicação, das relações postais, o aumento da procura, a aquisição de máquinas rotativas de grande tiragem, os preços baixaram, a qualidade gráfica dos jornais melhorou e “a imprensa entrava, assim, na sua fase industrial” (Barbosa & Matos, 2005, p 10).

Durante a segunda metade do século XIX, “vemos desenvolver-se entre nós a imprensa *popular*, sem filiação partidária, por oposição à imprensa de *opinião*” (Barbosa & Matos, 2005, p 10). Assim, “abandona-se a discussão, a polémica, o combate e privilegia-se o entretenimento, a notícia, a informação” (Barbosa & Matos, 2005, p 10). Destacaram-se, então, o *Diário de Notícias* e, a partir de 1895, o *Século* que optaram pelo jornalismo popular (Barbosa & Matos, 2005). Contudo, “a maior parte dos jornais ainda se encontrava alinhada partidariamente” (Barbosa & Matos, 2005, p 11). Assim, coexistindo com os jornais noticiosos, havia jornais de opinião ou, simultaneamente, de informação e opinião, as revistas cómicas, onde se destacavam as de Bordalo Pinheiro e publicações de todas as espécies (Barbosa & Matos, 2005).

Também nesta altura se deu o crescimento da imprensa republicana (Barbosa & Matos, 2005), que publicava jornais “mais austeramente doutrinários e menos sensacionalistas” e que tinham muito pouca leitura e viviam com dificuldades, enquanto aqueles que “não hesitavam em publicar todo o tipo de calúnias, insinuações e escândalos, eram lidos por milhares de pessoas” (Barbosa & Matos, 2005, p 11), Para “este tipo de imprensa, só o que pudesse ser dramatizado e serializado interessava [...]” e os “seus principais destinatários eram as camadas mais baixas da população, embora com predomínio da média e pequena burguesia” (Barbosa & Matos, 2005, p 11). Ainda assim, “esta imprensa não deixou de contribuir para a formação de uma opinião pública republicana, hostil à monarquia” (Barbosa & Matos, 2005, p 11). No entanto, era uma opinião pública pouco doutrinada e instável (Barbosa & Matos, 2005). A imprensa transformou-se, então, numa indústria (Barbosa & Matos, 2005). Por outro lado, “a ausência de censura facilitava igualmente a expansão dos jornais” (Barbosa & Matos, 2005, p 14).

A «2ª Lei das Rolhas» foi publicada no Decreto de 29 de março de 1890, referendada por Lopo Vaz (Barbosa & Matos, 2005). Este decreto “suprimia o júri, entregando os delitos de imprensa à alçada da polícia correcional, alargava a responsabilidade por abusos, solidarizando autor e editor, e admitia a suspensão da venda, ou mesmo a supressão definitiva do jornal” (Barbosa & Matos, 2005, p 14). A 13 de fevereiro de 1896, “era publicada outra lei geral, chamada pelos contemporâneos de «lei dos anarquistas» por incidir com inusitada violência contra as suas publicações e doutrinas” (Barbosa & Matos, 2005, p 14). Esta lei podia atingir qualquer indivíduo, “se este «por escrito de qualquer modo publicado» incitasse a «atos subversivos»” (Barbosa & Matos, 2005, p 14), sendo o castigo a deportação. Em

1898, foi publicada uma lei mais liberal, de 7 de julho, que “não impediu que se continuassem a cometer as maiores arbitrariedades contra a imprensa e a praticar-se mesmo a censura prévia, apesar de expressamente proibida” (Tengarrinha apud Barbosa & Matos, 2005, p 14). Foi neste quadro que se assistiu à apreensão de *A Paródia* (Barbosa & Matos, 2005).

A Lei de 11 de abril de 1907, pela mão de João Franco fixou, ainda, “uma mais severa classificação dos delitos e das penas, o alargamento da censura preventiva e das facilidades de apreensão, suspensão e proibição de jornais, e uma tramitação de julgamento mais sumária, preparada pelos chamados «gabinetes negros»” (Barbosa & Matos, 2005, p 14). Finalmente, com o Decreto de 20 de junho de 1907, foi proibida a “circulação ou publicidade a escritos «atentatórios da ordem ou segurança pública»” (Barbosa & Matos, 2005, p 14), estabelecida a autorização prévia para todos os periódicos e a imprensa foi entregue ao arbítrio dos governadores civis (Barbosa & Matos, 2005).

A Monarquia, ao enfrentar graves problemas, como a desagregação económica, política, social, ideológica, etc., um forte descontentamento social, a crescente oposição do republicanismo, “que fez da imprensa uma das melhores armas de combate ao sistema vigente” (Barbosa & Matos, 2005, p 15) virou-se, então, contra a imprensa com esta súbita atividade legislativa. Segundo Matos, “muitos foram os jornais apreendidos ou suspensos, muitos foram os jornalistas presos ou desterrados, muitos foram os jornalistas obrigados a fugir do país” (Barbosa & Matos, 2005, p 15). Bordalo Pinheiro, “pelas suas caricaturas e desenhos, que tanto pânico causavam aos políticos e notáveis da terra, foi objeto de vários processos judiciais e querelas [...], decorrentes deste maior aperto sobre os periódicos” (Barbosa & Matos, 2005, p 15).

Apesar deste cenário, assistiu-se a um ritmo impressionante de criação de publicações periódicas, devido à facilidade com que se criavam jornais (Barbosa & Matos, 2005). Nesse sentido, “a imprensa afirmava-se como «a maior força social» do tempo” (Barbosa & Matos, 2005, p 15) e a perseguição de que era alvo testemunhava do seu poder. Ramos, citado por Matos, refere que

“nunca se compreenderá o que foi a imprensa desde meados do século XIX se se julgar que os jornais eram apenas algo que se acrescentara ao mundo [...]. A imprensa era o principal mecanismo de um universo em que os negócios públicos tinham saído do segredo das cortes para a praça pública por onde passava o povo soberano. A imprensa era a «democracia», a nova medida de todas as coisas” (Ramos apud Barbosa & Matos, 2005, p 15).

Matos refere que Bordalo Pinheiro cedo adivinhou a *Lei das Rolhas* e sobre a sua perspectiva desenhou várias caricaturas, nomeadamente, do Marquês de Valada, de Rodrigues Sampaio e do Conselheiro Arrobas (Barbosa & Matos, 2005). Muitos dos textos foram escritos por Guilherme de Azevedo, “um dos principais colaboradores literários de Bordalo Pinheiro n’ *O António Maria*” (Barbosa & Matos, 2005, p 16). Quando saíu a *Lei da Rolha*, em 1890, Bordalo Pinheiro publicou a caricatura «Pum, cá está a Rolha» no seu semanário *Pontos nos ii* (Barbosa & Matos, 2005). Seguiu-se o *cartoon* com rolhas por todo o lado, também nos *Pontos nos ii*, em que o próprio caricaturista aparece a questionar-se

“O que aconteceu à gente? A gente já não pode falar, a gente já não pode rir, a gente já não pode escrever, a gente já não pode ouvir, a gente já não pode reunir, a gente já não pode pensar, a gente já não pode referir, já não pode comentar, a gente já não pode desenhar. A gente só pode gesticular, a gente está armada em S. Francisco desde pela manhã até à noite. Já doem os braços de tanto gesticular” (Pinheiro apud Barbosa & Matos, 2005, p 17).

Outro alvo constante de Bordalo Pinheiro foi o juiz Veiga que, curiosamente, viria a ditar a apreensão do nº 152 de *A Paródia*, de 10-12-1902, devido a um *cartoon* de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, filho de Rafael, em que o rei D. Carlos era retratado de costas a descalçar as botas, auxiliado por um mordomo (Barbosa & Matos, 2005). O número seguinte de *A Paródia* dava invulgar relevância ao caso, com caricaturas de Manuel Gustavo, Celso Hermínio e Rafael Bordalo Pinheiro. Segundo Matos, “o caso terminou sem implicações para o jornal” (Barbosa & Matos, 2005, p 19), tendo mesmo este sido indemnizado na importância de 8\$000 reis (Barbosa & Matos, 2005).

Matos explica que “a imprensa não deixava de estar protegida contra as interpretações abusivas da lei” (Barbosa & Matos, 2005, p 19). O autor afirma que Bordalo Pinheiro se posicionou “sempre contra qualquer tentativa de regulação ou controlo político sobre a imprensa periódica” (Barbosa & Matos, 2005, p 19). Matos conclui que “o uso de alegorias e metáforas nas suas caricaturas e desenhos é frequente, ou sobre a imprensa, no sentido mais genérico, ou sobre a Opinião Pública, a Liberdade de imprensa ou a Crítica Jornalística” (ibidem, p 20).

Tal não impediu, porém, que o jornal se fundisse com a *Comédia Portuguesa*, de Marcelino Mesquita, a partir de 14 de janeiro de 1903, iniciando a sua 2ª série com o título *Paródia – Comédia Portuguesa* (França, 2007). Esta fusão terá ocorrido, não por exigência legal nem

por estratégia, mas por uma “provável cautela ante um julgamento em curso e que finalmente lhe será favorável” (França, 2007, p 216).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço público, que surgiu como afirmação do Iluminismo e do uso crítico da razão, surgiu nos cafés e salões da sociedade burguesa dos sécs. XVII e XVIII como resposta às necessidades de um público burguês que pretendia afirmar a sua posição em relação aos negócios do Estado (Habermas, 1984; Guedes, 2010; Tarde, 1910).

Com o seu crescimento e com o desenvolvimento da imprensa e das comunicações, este espaço público veio a fragmentar-se numa multitude de públicos que se encontravam na leitura dos jornais, os quais, por seu turno, tiveram, também, uma crescente especialização (Sousa, 1998).

O jornalismo satírico surgiu, assim, nesta época de fragmentação do espaço público, como uma forma de criticar a situação política nacional e granjeou de um enorme sucesso (Sousa, 1998). Um dos artistas que mais se notabilizou nesta área foi Rafael Bordalo Pinheiro, que teve uma intensa produção artística satírica na segunda metade do séc. XIX e no princípio do séc. XX (Medina, 2008).

A fragmentação do espaço público não impediu, portanto, o desaparecimento destes públicos, como o demonstra a grande ansiedade com que eram esperados os desenhos e as caricaturas de Bordalo todas as semanas (Pimentel apud Barbosa & Matos, 2005).

No entanto, a transformação da imprensa de opinião numa imprensa de massas, com intuítos comerciais, levou ao desaparecimento da esfera pública burguesa, conforme a definiu Habermas (Guedes, 2010).

A crescente oposição do republicanismo à monarquia liberal, e a crise económica e política, levou a que o regime impusesse as famosas «leis da rolha» que levaram à prisão inúmeros jornalistas, vítimas de uma perseguição feroz (Barbosa & Matos, 2005).

Bordalo Pinheiro foi um dos artistas atingidos, nomeadamente, com a apreensão do nº 152 do semanário satírico *A Paródia* em 1902. Esta apreensão seria contestada em tribunal e nos números seguintes do mesmo jornal, através de caricaturas e *cartoons*. *A Paródia* acabou por ser indemnizada em 8\$000 reis, o que prova que mesmo debaixo do fogo de uma censura nascente, a imprensa não deixava de estar protegida contra as interpretações abusivas da lei que teimavam em impor restrições à liberdade da opinião pública (Barbosa & Matos, 2005).

Nesse sentido, podemos afirmar que o espaço público em Portugal no final do séc. XIX não deixou de ser um espaço público plural, embora a censura se tenha começado a manifestar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barbosa, M. M. P., & Matos, Á. C. de. (2005). *A Rolha Bordalo: Política e Imprensa na Obra Humorística de Rafael Bordalo Pinheiro*. Lisboa, Portugal: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Deus, A. D. de. (1997). *Os Comics em Portugal: uma História da Banda Desenhada* (1ª ed.). Lisboa, Portugal: Edições Cotovia e Bedeteca de Lisboa.

França, J. A. (2007). *Rafael Bordalo Pinheiro: O português tal e qual* (3ª ed.). Lisboa, Portugal: Livraria Bertrand.

Guedes, E. N. (2010). Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Obtido de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/guedes-ellida-espaco-publico-contemporaneo.pdf>

Habermas, J. (1984). *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro, Brasil: Tempo Brasileiro.

Kant, I. (1992). Resposta à pergunta o que é o Iluminismo. *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos* (pp 11-19). Lisboa, Portugal: Edições 70.

Medina, J. (2008). *Caricatura em Portugal: Rafael Bordalo Pinheiro, pai do Zé Povinho*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri.

Mills, C. W. (1981). *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Silva, F. C. da. (2002). *Espaço público em Habermas*. Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais.

Sousa, O. M. de. (1998). *História da arte da caricatura de imprensa em Portugal* (Vol. I: Na Monarquia 1847/1910). Lisboa, Portugal: Humorgrafe/S.E.C.S.

Tarde, G. (1910). *L'Opinion et la Foule* (3^a ed.). Paris, França: Félix Alcan, Éditeur.

NOTAS SOBRE O AUTOR:

Endereço de correio eletrónico para contacto: joalobe@sapo.pt

Afiliação institucional: Escola Superior de Educação de Portalegre, Instituto Politécnico de Portalegre

Breve nota biográfica

Nasceu no Porto em 10-11-1966, é licenciado em Turismo e Termalismo pela Escola Superior de Educação de Portalegre (2003) e fez o curso de mestrado em Jornalismo, Comunicação e Cultura na mesma escola (2012), onde prepara a sua dissertação de mestrado sobre a temática do jornalismo humorístico.